

Um jornal contra a presidente? As aspas como marca do posicionamento enunciativo da *Folha de S.Paulo* durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff

Alvaro Magalhães Pereira da SILVA¹
Doutorando em Filologia e Língua Portuguesa
Universidade de São Paulo - USP

RESUMO

O presente artigo procura identificar o posicionamento enunciativo da *Folha de S.Paulo* ante o impeachment de Dilma Rousseff, a partir da análise de marcas linguístico-discursivas na manchete *Dilma nega no Senado crime contra o Orçamento e volta a denunciar 'golpe'* (30 de ago. de 2016). Com base na Teoria Escandinava de Polifonia Linguística, foram identificados dois pontos de vista imputados à presidente: “não houve crime contra o Orçamento” e “há golpe”. Aferiu-se que, mediante à ausência de aspas sobre o sintagma “crime contra o Orçamento” e à presença de aspas sobre o termo “golpe”, o jornal manifesta parcial distanciamento em relação ao primeiro ponto de vista e total desacordo em relação ao segundo. O resultado sugere que, na construção do posicionamento enunciativo, a ilha textual possui função diferente das formas prototípicas de discurso representado.

Palavras-chave: Posicionamento Enunciativo. Polifonia. ScaPoLine. Teorias da Enunciação. Discurso da mídia

Introdução

O presente artigo pretende expor como a análise de marcas linguístico-discursivas é capaz de evidenciar os contrastes estabelecidos pelo locutor de um enunciado entre seus pontos de vista e os pontos de vista atribuídos a outros seres presentes em seu discurso, dando assim materialidade às interpretações a respeito do posicionamento enunciativo assumido por esse locutor em relação aos pontos de vista que coloca em cena.

Mais especificamente, pretendo aqui descrever como o jornal *Folha de S.Paulo* construiu, por meio de uma série de procedimentos, entre eles o uso de aspas, um jogo entre seus pontos de vista e os pontos de vista atribuídos à presidente Dilma Rousseff em relação ao processo de impeachment na manchete *Dilma nega no Senado crime contra o Orçamento e volta a denunciar 'golpe'*, que estampou a primeira página da publicação em 30 de agosto de 2016, um dia após a presidente se defender pessoalmente no Senado das acusações que lhe eram imputadas pelos formuladores do pedido de seu impedimento². Tal estudo pretende, com isso,

¹ Endereço-eletrônico: alvaromps@yahoo.com

² É por considerar, como propõe Van Dijk, que a escolha do tópico de pesquisa científica não é neutra, mas depende do engajamento do pesquisador (VAN DIJK, 2012, p. 15), que decidi redigir este artigo predominantemente na primeira pessoa do singular. De todo modo, ressalto que o que exponho é resultado de um trabalho de aproximação de conceitos teóricos empreendido durante minha pesquisa mestrado pela PUC-SP, que resultou na dissertação *O olhar da imprensa sobre Autos de Resistência*, sob a orientação da prof. Dra. Ana Rosa Ferreira Dias, cujo resultado envolveu a participação de uma série de pessoas, algumas das quais mencionadas nos Agradecimentos da dissertação (SILVA, 2016).

responder de forma embasada à questão: como a *Folha de S.Paulo* se posicionou diante do processo de impeachment de Dilma Rousseff?

A defesa pessoal de Dilma foi uma das últimas etapas do trâmite iniciado em 2 de dezembro de 2015, após o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceitar o pedido de impeachment da presidente protocolado pelos advogados Janaína Paschoal, Hélio Bicudo e Miguel Reale Junior. Após a análise do pedido realizada pelos deputados, o processo contra a presidente foi oficialmente aberto no Senado em 12 de maio de 2016 e finalizado em 31 de agosto do mesmo ano, dois dias após Dilma fazer sua defesa e um dia após a manchete do jornal sobre a qual me debruço.

Durante todo o trâmite, a cobertura da imprensa foi posta em xeque tanto por grupos favoráveis ao impedimento da presidente como por grupos contrários. Como o posicionamento da mídia se dá essencialmente pela forma como seu discurso é constituído, acredito que a observação sobre como a imprensa faz uso da língua para construir esse discurso traz relevante contribuição ao debate a respeito do papel efetivamente desempenhado pelos meios de comunicação na sociedade contemporânea.

Obviamente, este artigo não pretende esgotar o assunto a respeito do posicionamento enunciativo da imprensa em relação ao impeachment de Dilma, tendo em vista que é limitado, por um lado, pela escolha de um *corpus* mínimo composto da manchete publicada por um dos jornais de maior circulação no País³ às vésperas da votação final do impedimento da presidente e, por outro lado, pela própria condição deste pesquisador como intérprete do *corpus*. Espero, no entanto, que ele possa trazer subsídios para o enfrentamento conceitual da questão em sua complexidade.

Para empreender a análise, me basearei nos postulados da Teoria Escandinava de Polifonia Linguística (ScaPoLine), que busca identificar como a significação abstrata da língua restringe a interpretação a respeito dos pontos de vistas – compostos por seres discursivos, conteúdos proposicionais e julgamentos – presentes em um enunciado concreto. No próximo item, procuro expor mais detalhadamente o quadro teórico da teoria escandinava. Em seguida, no terceiro item deste artigo, apresento o resultado do exame do *corpus*. No último tópico, faço minhas considerações finais.

³ De acordo com a Associação Nacional dos jornais, a versão imprensa da *Folha de S.Paulo* teve, em 2015, circulação média diária de 189.254 exemplares, tendo sido superada apenas pela circulação média diária dos jornais *Super Notícia*, de Minas Gerais, com 249.297, e *O Globo*, do Rio de Janeiro, com 193.079. Os números de 2016, ano da publicação da manchete escolhida para compor o *corpus* deste artigo, não foram divulgados. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em 29 jun. 2018.

Considerações teóricas: uma questão de polifonia

Por posicionamento enunciativo, entendo as relações de acordo/desacordo, com suas possíveis gradações, projetadas no enunciado entre os seres discursivos que emergem na enunciação e pontos de vista encenados pelos quais tais seres discursivos não se responsabilizam⁴. Considero, assim, o posicionamento enunciativo como um componente da polifonia.

Originalmente utilizado para designar determinado aspecto da música, o termo polifonia ganhou lugar de destaque nos estudos da língua no final da década de 1920 a partir da obra de Mikhail Bakhtin sobre a poética de Fiódor Dostoievski (BAKHTIN, 2008). Bakhtin identifica na literatura de Dostoievski a autonomia do herói em relação ao autor, que o deixa livre para manifestar seu ponto de vista: “Para Dostoievski não importa o que a sua personagem é no mundo, mas, acima de tudo, o que o mundo é para a personagem e o que ela é para si mesma”, diz Bakhtin (BAKHTIN, 2008, p. 52).

Na década de 1980, o termo foi retomado por Oswald Ducrot, que passou a estudar fenômenos linguísticos ligados a essa manifestação do ponto de vista de outrem na fala. Embora Ducrot faça menção, entre aspas, ao termo polifonia na obra *Les mots du discours* (DUCROT, 1980), é em 1984, em *O dizer e o dito* (DUCROT, 1987), que o autor dedica à questão, pela primeira vez, um capítulo inteiro. Na obra, Ducrot contesta o pressuposto da unicidade do sujeito falante e, inspirado pelo trabalho de Gérard Genette (GENETTE, 1972), propõe distinção entre locutor e enunciador.

A respeito do locutor, Ducrot afirma: “Por definição, entendo por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado” (DUCROT, 1987, p. 182). Após observar que, dentro de um discurso, é frequente que se encontre a voz de alguém que não tenha as propriedades atribuídas ao locutor, o autor define o conceito de enunciador como seres que se expressam por meio da enunciação, sem que necessariamente se atribua a eles palavras precisas: “Se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras” (DUCROT, 1987, p. 192).

⁴ Embora considere que o posicionamento enunciativo possa dizer respeito a qualquer ser discursivo projetado no enunciado, neste artigo me debruçarei especificamente ao posicionamento do locutor do enunciado, pois é sua identificação que me permitirá responder à questão colocada na Introdução: “como a *Folha de S.Paulo* se posicionou diante do processo de impeachment de Dilma Rouseff?”.

O trabalho de Ducrot teve grande impacto nas pesquisas acerca da polifonia. Entre os grupos influenciados pelas ideias do autor, merece destaque um conjunto de pesquisadores escandinavos que desde o final da década de 1990 vêm desenvolvendo os fundamentos da Teoria Escandinava de Polifonia Linguística (ScaPoLine). Encabeçados por Henning Nølke, da Universidade de Aarhus, os autores da ScaPoLine procuram desenvolver uma teoria que, de um lado, tenha como objeto as restrições que a língua impõe à interpretação polifônica dos enunciados e, de outro, se estenda ao nível enunciativo e discursivo, permitindo, dessa maneira, relacionar os seres do discurso com atores sociais, sejam eles indivíduos ou instituições.

O grupo de estudos que deu origem à ScaPoLine teve início em 1999. Os resultados das discussões foram publicados, até 2004, na revista *Polyphonie: linguistique et littéraire*⁵. Ainda em 2004, último ano da publicação de *Polyphonie: linguistique et littéraire*, Nølke, Kjersti Fløttum e Coco Norén organizaram a obra *ScaPoLine: la théorie scandinave de la polyphonie linguistique* (NØLKE et al., 2004a), que sintetizava o estado da arte da teoria escandinava até então. No livro de 2004, Nølke, Fløttum e Norén definem da seguinte maneira o objetivo da escola escandinava:

[...] se a ScaPoLine é uma teoria estritamente linguística na medida em que seu objeto de estudo é a língua, seu objetivo último é prever e explicar as interpretações resultantes dos enunciados e dos textos. Mais precisamente, seu objetivo é especificar as restrições propriamente linguísticas que a língua impõe aos aspectos polifônicos associados à interpretação. (NØLKE et al., 2004b, p. 17)

Embora a ScaPoLine tenha se inspirado essencialmente nas ideias de Ducrot (DUCROT 1980; DUCROT 1987) a respeito da polifonia, os autores da teoria escandinava propõem, diferentemente do autor francês, um aparato teórico capaz de dar conta das manifestações polifônicas não somente no nível linguístico, mas também no nível discursivo. Dizem Nølke, Fløttum e Norén:

Ao contrário de Ducrot, nós não poderemos nos contentar em examinar a polifonia no nível da língua. Como a maioria dos outros linguistas que se inspiraram em Ducrot, nós teremos a necessidade de tratar da manifestação polifônica igualmente no nível da fala. (NØLKE et al., 2004b, pp. 19-20)

Ao distinguirem os níveis da língua e da fala, os autores da ScaPoLine relacionam os conceitos de frase e significação à língua e de enunciado e sentido à fala: “[...] a frase é para nós um elemento da língua, e chamamos significação a descrição semântica que nós damos a

⁵ Disponível em <<http://ojs.ruc.dk/index.php/poly/index>>. Acesso em 24 jun. 2018.

ela. Por outro lado, o enunciado é um elemento da fala ao qual associamos uma descrição semântica chamada de sentido” (NØLKE et al., 2004b, p. 23). Nølke, Fløttum e Norén, então, diferem a estrutura polifônica, ligada à frase, da configuração polifônica, ligada ao enunciado:

Para precisar o nível de análise, faremos a distinção entre a configuração polifônica (abreviada como configuração), que está relacionada ao nível de enunciado, sendo assim um fato observável, e a estrutura polifônica (abreviada como estrutura-p), que é um fato da língua. Por meio de suas instruções, a estrutura-p impõe restrições sobre a interpretação da configuração. (NØLKE et al., 2004b, p. 29)

Para Nølke, Fløttum e Norén, a interpretação polifônica consiste essencialmente em “[...] saturar as variáveis dadas pelas instruções veiculadas pela forma linguística” (NØLKE et al., 2004b, p. 23). Nesse sistema, destacam os autores da ScaPoLine, a noção de saturação por default exerce um papel crucial (NØLKE et al., 2004b, p. 24). Para a teoria escandinava, a saturação por default é aquela que se impõe caso não haja instruções que a modifiquem.

No quadro teórico da ScaPoLine, a configuração polifônica – fato observável cujo aspecto é restringido pelas instruções linguísticas da estrutura-p – é constituída pelos quatro componentes abaixo (NØLKE et al., 2004b; NØLKE, 2009a; NØLKE, 2013):

- (a) LOC: locutor-enquanto-construtor⁶, responsável pela enunciação;
- (b) PDV: ponto de vista, conteúdo semântico sustentado por uma fonte⁷;
- (c) Ê-D: ser discursivo, capaz de saturar a fonte;
- (d) ELO: ligação enunciativa, que relaciona Ê-D e PDV⁸.

A respeito de LOC, Nølke, Fløttum e Norén afirmam:

LOC está sempre presente na configuração na medida em que é ele que é o construtor do sentido. [...] Sua propriedade essencial e constitutiva é, entretanto, a de ser autor da enunciação, vista como um acontecimento histórico associado a uma situação enunciativa e todas suas implicações. Para empregar uma vez mais a bem conhecida metáfora teatral, pode-se dizer que cada enunciado é um drama em que LOC é às vezes o autor e o diretor. LOC comunica, então, através dos atores que ele dirige. Ele mesmo nunca entra em cena, mas pode fazer um ator falar em seu nome. (NØLKE et al., 2004b, p. 31)

⁶ Em francês, “locuteur-en-tant-que-constructeur” (NØLKE et al., 2004, p. 30).

⁷ Nølke, Fløttum e Norén associam a fonte ao conceito de enunciadador de Ducrot (NØLKE et al., 2004, p. 30).

⁸ Mantivemos a origem francesa da sigla Ê-D (être-discursive) e LOC (locuteur-en-tant-que-constructeur) para facilitar o diálogo com os textos originais da ScaPoLine.

Os atores a que o trecho acima se refere são os Ê-Ds, ligados aos PDVs por diferentes tipos de ELOs. Apresentaremos o conceito de Ê-D segundo a ScaPoLine após expormos a noção de PDV conforme a teoria escandinava.

De acordo com a ScaPoLine, o PDV pode ser definido sob a seguinte fórmula geral (NØLKE et al., 2004b; NØLKE, 2009a; NØLKE, 2013): “[X] (JULGA (p))”. onde “X” representa uma fonte; “JULGA” representa um julgamento; e “p” representa um conteúdo proposicional. A ScaPoLine propõe uma subdivisão do PDV em três tipos (NØLKE et al., 2004b; NØLKE, 2009a; NØLKE, 2013): (a) simples; (b) complexo hierárquico; e (c) complexo relacional.

De acordo com a teoria escandinava, o PDV simples é independente de outros PDVs do mesmo enunciado. Ele é constituído de um conteúdo e de um julgamento sobre esse conteúdo. Por default, o julgamento que a fonte lança sobre o conteúdo proposicional de um PDV simples é: “é verdadeiro que” (NØLKE et al., 2004b, p. 33). Já o PDV hierárquico, segundo a ScaPoLine, é aquele que julga outro PDV (NØLKE, 2009a; NØLKE, 2013). O julgamento de um PDV hierárquico sobre outro PDV varia em uma escala de probabilidades que parte de “é falso que” até “é verdadeiro que”. Quanto ao PDV relacional, a teoria escandinava afirma que esse segundo tipo de PDV complexo conecta PDVs simples ou hierárquicos entre si⁹.

Para a ScaPoLine, os Ê-Ds são como personagens construídos por LOC no enunciado capazes de saturar a fonte de um PDV. De acordo com a teoria escandinava, os Ê-Ds podem ser subdivididos em três tipos (NØLKE et al., 2004b; NØLKE, 2009a; NØLKE, 2013):

- (a) Ê-Ds de primeira pessoa: imagens que LOC constrói de si mesmo no enunciado;
- (b) Ê-Ds de segunda pessoa: imagens do alocutário, chamados pela ScaPoLine de ALLOC, construídas por LOC no enunciado;
- (c) Ê-Ds de terceira pessoa: imagens de terceiros, também construídas por LOC.

Em relação aos Ê-Ds de primeira pessoa, LOC pode constituir duas imagens de si mesmo: a imagem de si no momento como ser que fala, chamado de locutor do enunciado (*l*) e a imagem de si como personagem do enunciado, chamado de locutor textual (*L*). O locutor do enunciado (*l*) ainda pode ser subdividido em relação ao tempo. Assim l_0 é o locutor do enunciado (*l*) no tempo presente da enunciação, enquanto l_t , sendo $t \neq 0$, é o locutor do enunciado (*l*) em um tempo diferente do tempo presente da enunciação. (NØLKE et al 2004b;

⁹ Não detalharemos aqui as propriedades do PDV relacional, pois não o encontramos em nossa análise. Tal tipo de PDV é exposto pelos autores da ScaPoLine em NØLKE et al., 2004b, p. 35; NØLKE, 2009a, p. 22; NØLKE 2013, pp. 146-147.

NØLKE, 2005; NØLKE, 2009a; NØLKE, 2013)¹⁰. Em 2005, Nølke refere-se a l_0 como “porta-voz”¹¹ de LOC (NØLKE, 2005, p. 177).

Em relação aos Ê-Ds de segunda pessoa, LOC pode também construir duas imagens: a imagem de ALLOC no momento em que fala dentro do enunciado, chamado de alocutário do enunciado (*a*) e a imagem de ALLOC como personagem do enunciado, chamado de alocutário textual (*A*). Assim, como no caso do locutor do enunciado, o alocutário do enunciado pode ser subdividido em relação ao tempo. (NØLKE et al., 2004b; NØLKE, 2009a; NØLKE, 2013).

Na obra de 2004, Nølke, Fløttum e Norén afirmam não ter provas empíricas para subdividir os Ê-Ds de terceira pessoa em Ê-Ds do enunciado e Ê-Ds textuais, propondo apenas uma divisão entre terceiros individuais e terceiros coletivos. Nas obras posteriores à publicação de 2004, porém, Nølke passa também a estender a distinção feita em relação aos Ê-Ds de primeira e segunda pessoa aos Ê-Ds individuais de terceira pessoa. Assim, a ScaPoLine admite que LOC pode construir duas imagens dos terceiros individuais: a imagem do terceiro individual no momento em que fala dentro do enunciado, chamado de terceiro individual do enunciado (*x*), e a imagem do terceiro individual como personagem do enunciado, chamado de terceiro individual textual (*X*). Novamente, o Ê-D do enunciado pode ser subdividido em relação ao tempo (NØLKE, 2009a; NØLKE, 2009b; NØLKE, 2013).

Dentro do quadro teórico da ScaPoLine, o elo enunciativo se apresenta como componente de ligação entre um Ê-D e um PDV. São os elos que indicam o posicionamento dos vários Ê-Ds em relação aos PDVs expressos na configuração polifônica (NØLKE et al., 2004b, p. 43). A teoria escandinava apresenta dois tipos fundamentais de elos (NØLKE et al., 2004b; NØLKE, 2009a; NØLKE, 2013): (a) elo de responsabilidade; e (b) elo de não-responsabilidade. Em relação ao elo de responsabilidade, Nølke, Fløttum e Norén afirmam:

O elo de responsabilidade é de longe o mais importante para a análise polifônica. A justificativa desse postulado reside no fato de que para cada PDV deve-se se questionar: “quem é responsável por ele?” A determinação dos elos faz parte dos princípios gerais que dirigem o processo de interpretação. A noção de “ser responsável por” [...] significa “ser a fonte de”. (NØLKE et al., 2004b, p. 44)

¹⁰ Na obra de 2004, Nølke, Fløttum e Norén utilizam a letra “i” para representar o momento da fala do locutor do enunciado, l. Posteriormente, a nomenclatura foi revista e os autores passaram a usar a letra “t”. Adotamos neste artigo a nomenclatura mais recente.

¹¹ Em francês, “porte-parole” (NØLKE, 2005, p. 117).

O primeiro princípio proposto pela ScaPoLine a respeito dos elos enunciativos é que “um Ê-D é responsável por um PDV se e somente se esse Ê-D for a fonte do PDV” (NØLKE et al., 2004b, p. 44).

Já os elos de não-responsabilidade são subdivididos em duas subcategorias: (i) elo de não-responsabilidade refutativo; e (ii) elo de não-responsabilidade não-refutativo. Em 2013, Nølke expõe as consequências da presença de cada subtipo de elo:

Se X estabelece um elo refutativo sobre PDV_i , isso significa que: o conteúdo proposicional do PDV_i (se houver um) é falso para X; se PDV_i não for integrado por um conteúdo proposicional, X considera que esse PDV está errado. Se X não assume a responsabilidade pelo PDV_i nem refuta o PDV_i , ele manifesta um acordo em certo grau. Esse grau pode variar e parece provável que os elos de não-responsabilidade e de não-refutação se organizam sobre uma escala partindo dos elos que são muito próximos da refutação e orientados para os elos de concordância forte. Diferentes elementos linguísticos parecem suscetíveis de indicar a localização de um determinado elo nessa escala. (NØLKE, 2013, p. 150)

A ScaPoLine considera que, por default, l_0 é responsável por ao menos um PDV (NØLKE et al., 2004b, p. 51; FLØTTUM, 2004, p. 105). A escola escandinava ainda propõe, como um segundo princípio ligado aos elos enunciativos que, “para todo PDV do qual l_0 não é responsável, o intérprete tende a estabelecer um elo de não-responsabilidade específico entre l_0 e o PDV em questão” (NØLKE et al., 2004b, p. 45).

Os elementos da configuração polifônica, segundo a teoria escandinava, referem-se a fenômenos presentes na enunciação. A partir dela, no entanto, os autores da ScaPoLine propõem uma extensão da análise. A esse respeito, diz Fløttum: “Considerando nosso ponto de partida na estrutura-p, passamos primeiro à configuração, que serve de ponte às análises textuais, para em seguida passar às análises propriamente discursivas, considerando o contexto na qual a obra em questão é produzida” (FLØTTUM, 2004, p. 99). Na análise discursiva das relações polifônicas, segundo a ScaPoLine, procura-se relacionar os diversos Ê-Ds a seres reais a fim de chegar a um sentido global potencial do texto (FLØTTUM, 2004, p. 101).

Análise do corpus

Tendo apresentado brevemente o quadro teórico proposto pelos autores da ScaPoLine, passo à análise do *corpus* deste artigo, que, como mencionei na Introdução, compõe-se da manchete *Dilma nega no Senado crime contra o Orçamento e volta a denunciar ‘golpe’*,

publicada na primeira página da *Folha de S.Paulo* em 30 de agosto de 2016, uma dia antes de o impeachment da presidente ser aprovado no Senado. Identifico, no enunciado, dois conteúdos proposicionais:

p_1 : “houve crime contra o Orçamento”

p_2 : “houve golpe”

A cada um desses conteúdos temos de associar em um primeiro nível, necessariamente, um PDV simples cujo julgamento, por default, deve ser “é verdadeiro que”. Arbitrariamente, chamarei esses PDVs de PDV_1 e PDV_4 e suas respectivas fontes de $fonte_1$ e $fonte_4$:

PDV_1 : [$fonte_1$] (VERDADEIRO (p_1))

PDV_4 : [$fonte_4$] (VERDADEIRO (p_2))

Ao analisarmos as instruções fornecidas pela estrutura-p, notamos que o *verbum dicendi* “denunciar” ligado ao nome próprio “Dilma” indica que a $fonte_4$ é um terceiro individual, mais precisamente um locutor representado, que chamarei de LR_1 . Ou seja, é o ser discursivo “Dilma”, colocado em cena por LOC, que no enunciado atesta a veracidade do conteúdo proposicional “houve golpe”.

A $fonte_1$, por sua vez, não pode ser determinada a partir apenas das instruções fornecidas pela estrutura-p, já que o *verbum dicendi* “negar” ligado ao nome próprio “Dilma” provoca um efeito de sentido oposto, no enunciado, ao *verbum dicendi* “denunciar”. Ou seja, ao contrário do verbo “denunciar”, que associa LR_1 (terceiro individual colocado em cena pelo uso do nome próprio “Dilma”) à $fonte_4$, o verbo “negar” indica apenas que a $fonte_1$ não é LR_1 , podendo, no entanto, ser qualquer outro ser discursivo. Com isso, temos:

PDV_1 : [$fonte_1$] (VERDADEIRO (p_1))

PDV_4 : [LR_1] (VERDADEIRO (p_2))

Sendo $fonte_1 \neq LR_1$

Se, na estrutura-p, o conjunto de instruções formado pelo *verbum dicendi* “negar” e pelo nome próprio “Dilma” não é capaz de informar ao certo o ser discursivo que satura a $fonte_1$, esses elementos comportam um outro tipo de indicação: eles apontam a presença de um novo

PDV, sobreposto hierarquicamente ao PDV₁, cujo julgamento é “é falso que” e, agora sim, cuja fonte é LR₁. Em outras palavras, o *verbum dicendi* negar indica que o ser discursivo “Dilma” nega o PDV simples, de fonte indeterminada, que julga verdadeiro o conteúdo proposicional “houve crime contra o Orçamento”. Chamarei, também arbitrariamente, esse novo PDV (PDV hierárquico sobreposto ao PDV₁) de PDV₂:

PDV₂ : [LR₁] (FALSO (PDV₁))

Tendo em vista que LOC é o responsável pelo enunciado, sendo portanto a origem dos conteúdos proposicionais e dos PDVs postos em cena, é necessário considerar que, sobre cada cadeia de PDVs relacionados direta ou indiretamente a um conteúdo proposicional, sobrepõe-se um PDV cuja fonte é o locutor do enunciado no tempo presente da enunciação (l₀), tido pela ScaPoLine como o “porta-voz” de LOC. Nessa perspectiva, surgem em cena dois novos PDVs, que arbitrariamente chamarei de PDV₃ e PDV₅, cujos julgamentos são ainda indeterminados e por isso os denominarei julgamento₃ e julgamento₅:

PDV₃ : [l₀] (julgamento₃ (PDV₂))

PDV₅ : [l₀] (julgamento₅ (PDV₄))

Antes de passar ao exame das instruções a respeito do julgamento₃ e do julgamento₅, gostaria de chamar a atenção para o fato de que, com as fontes saturadas por l₀, o PDV₃ e o PDV₅ lançam julgamentos, respectivamente, sobre o PDV₂ e o PDV₃ – ou seja, sobre os PDVs cujas fontes são saturadas por LR₁. Como l₀ identifica-se discursivamente com o jornal *Folha de S.Paulo* e LR₁ identifica-se discursivamente com a presidente Dilma Rousseff, nota-se que as análises do julgamento₃ e do julgamento₅ são fundamentais para respondermos à questão sugerida no título deste artigo: a *Folha*, no enunciado que analisamos, coloca-se como um jornal contra a presidente? Se ambos os julgamentos puderem ser descritos como “é verdadeiro que”, concluiremos que os pontos de vista da *Folha* e de Dilma coincidem. Se, pelo contrário, ambos os julgamentos forem “é falso que”, teremos que, no caso analisado, o jornal opõe-se à presidente. Entre esses dois polos, podemos encontrar gradações. Chegamos, então, a um momento central de nossa análise.

Em relação ao julgamento₃, não encontramos, na estrutura-p, nenhuma instrução que indique concordância ou refutação de l₀ em relação ao PDV de LR₁. Nesse caso, consideramos

então que l_0 tem o PDV de LR_1 como hipótese. Consequentemente, o julgamento₃ é “é possível que”. De onde temos:

PDV₃ : [l_0] (POSSÍVEL (PDV₂))

Já em relação ao julgamento₅, a situação parece um tanto mais complexa. Que tipo de instrução a estrutura-p fornece por meio das aspas colocadas sobre a palavra “golpe”?

Trata-se aqui do que os autores da ScaPoLine, na mesma perspectiva de Jacqueline Authier-Revuz, chamam de ilha textual (NØLKE, 2004, pp. 77-83). Diz NØlke: “Esse termo, utilizado há muito tempo, é adequado para descrever fragmentos de texto colocados entre aspas que constituem uma forma (híbrida) distinta em muitos aspectos das quatro formas prototípicas de discurso representado”. As quatro formas prototípicas de discurso representado às quais o autor se refere são o discurso direto, o discurso indireto, o discurso direto livre e o discurso indireto livre. Diferentemente dessas formas, que costumam abarcar o enunciado em sua totalidade, a ilha textual toma apenas um fragmento do enunciado. Ao debruçar-se sobre as ilhas textuais, NØlke afirma: “Em termos polifônicos, [as aspas] indicam que X [o fragmento entre aspas] não representa o PDV do locutor. X não é um bom termo segundo l_0 . Uma distância se manifesta” (NØLKE, 2004, p. 79). Os estudos empreendidos pela ScaPoLine levam o autor a apontar dois parâmetros para a análise do nível de distanciamento de l_0 em relação ao conteúdo proposicional veiculado por uma ilha textual: a explicitação ou não da fonte e o tipo de polifonia posta em cena.

No caso em questão, temos uma fonte explícita, identificada com o ser discursivo expresso pelo nome próprio “Dilma”, ou seja, um terceiro individual. O tipo de polifonia posto em cena é o externo, já que a fonte não é uma imagem do locutor em um momento diferente do momento presente da enunciação, mas, como mencionei, um terceiro. Essa configuração, segundo as proposições de NØlke, indica que LOC constrói um elo enunciativo de não-responsabilidade total entre l_0 e o conteúdo da ilha (NØLKE, 2004, p. 80)¹². Com isso, concluímos que o julgamento₅ é “é falso que”. De onde temos:

PDV₅ : [l_0] (FALSO (PDV₄))

¹² Gostaria aqui de fazer uma ressalva. A meu ver, a ilha textual com fonte explícita e polifonia externa somente indica a refutação total de l_0 e o conteúdo da ilha se não houver argumentação por autoridade (DUCROT, 1987, p. 140). Se a fonte for tida como autoridade pelo locutor, os mesmos elementos indicariam adesão de l_0 ao conteúdo da ilha. No caso em questão, porém, não é possível considerar Dilma como autoridade para a Folha, tendo em vista a função de fiscalização do poder que o jornal exerce.

Passando à análise discursiva das relações polifônicas presentes no enunciado, em que levamos em conta não apenas as instruções linguísticas, mas também o contexto situacional e sócio-histórico da enunciação, relacionamos a fonte₁ aos autores do pedido de impeachment, LR₁ à presidente Dilma Rousseff e I₀ ao jornal *Folha de S.Paulo*. Dessa forma, chegamos à seguinte descrição:

PDV₁ : [autores do pedido de impeachment] (VERDADEIRO (p₁))

PDV₂ : [Dilma Rousseff] (FALSO (PDV₁))

PDV₃ : [*Folha de S.Paulo*] (POSSÍVEL (PDV₂))

PDV₄ : [Dilma Rousseff] (VERDADEIRO (p₂))

PDV₅ : [*Folha de S.Paulo*] (FALSO (PDV₄))

Onde:

p₁ : “houve crime contra o Orçamento”

p₂ : “houve golpe”

Assim, por meio da análise das relações polifônicas estabelecidas no enunciado *Dilma nega no Senado crime contra o Orçamento e volta a denunciar ‘golpe’* concluímos que *Folha de S.Paulo* estabelece um elo de não-responsabilidade não-refutativo em relação ao ponto de vista atribuído à presidente segundo o qual é falso o conteúdo proposicional “houve crime contra o orçamento”, considerando-o possível, mas não certo. Ao mesmo tempo, verificamos que o jornal instaura um elo de não-reponsabilidade refutativo em relação ao ponto de vista atribuído à presidente segundo o qual é verdadeiro o conteúdo proposicional “houve golpe”, tendo-o como falso.

Conclusão

Procurei, neste artigo, demonstrar como a análise de marcas linguístico-discursivas presentes na manchete *Dilma nega no Senado crime contra o Orçamento e volta a denunciar ‘golpe’*, publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* em sua primeira página no dia 30 de agosto de

2016, pode dar materialidade à interpretação a respeito do posicionamento do jornal em relação ao processo de impeachment.

No enunciado da manchete citada, identificamos dois conteúdos proposicionais: “houve crime contra o Orçamento” e “há golpe”. Verificamos que, além dos pontos de vista atribuídos à presidente, marcados pelo emprego dos verbos “negar” e “denunciar”, emerge na enunciação os pontos de vista do jornal, marcados pela ausência/presença do sinal gráfico de aspas. Por meio do verbo “negar”, é atribuído a Dilma Rousseff o ponto de vista segundo o qual é falso o primeiro conteúdo proposicional do enunciado (“houve crime contra o Orçamento”) e, por meio do verbo “denunciar”, é imputado à presidente o ponto de vista segundo o qual é verdadeiro o segundo conteúdo (“há golpe”). Já mediante a ausência de aspas e de outras marcas linguísticas sobre o sintagma “crime contra o Orçamento” e a presença desse sinal gráfico sobre o termo “golpe”, a *Folha de S. Paulo* manifesta seu distanciamento em relação ao primeiro ponto de vista atribuído a Dilma Rousseff e seu desacordo em relação ao segundo ponto de vista atribuído à presidente.

Do ponto de vista linguístico, o resultado sugere que a ilha textual possui uma função diferente das formas prototípicas de discurso representado na construção do posicionamento enunciativo. Enquanto os discursos direto, indireto e indireto livre sinalizam, quando não há argumentação por autoridade, certa adesão do locutor, que toma seu conteúdo como possível, embora não certo, a ilha textual indica, também quando não há argumentação por autoridade, uma refutação total por parte do locutor ante seu conteúdo.

Na perspectiva discursiva, é interessante observar que essa conclusão a respeito do posicionamento da *Folha de S. Paulo* condiz com o editorial *Novo Governo*, publicado pelo jornal em 1º de setembro de 2016, dois dias após a manchete analisada e quando o processo de impeachment fora consumado. No texto, a *Folha de S. Paulo* afirma: “Embora os delitos cometidos não sejam irrefutáveis, todo o processo de impeachment foi constitucional” (FOLHA DE S.PAULO, 2016). Não foi necessário, no entanto, debruçar-se sobre uma seção explicitamente opinativa do jornal para identificar a sua posição, já que, mesmo em enunciados tendencialmente noticiosos, a *Folha de S. Paulo*, ao fazer uso da língua, vê-se impelida a realizar escolhas que, independentemente de sua busca pela objetividade, revelam uma visão particular de mundo.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoievski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

DUCROT, Oswald. *Le mots du discours*. França: Minuit, 1980.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes 1987.

FOLHA DE S.PAULO. Dilma nega no Senado crime contra o Orçamento e volta a denunciar ‘golpe’. São Paulo: Folha da Manhã S.A., 30 ago. 2016, Primeira Página.

_____. Novo Governo. São Paulo: Folha da Manhã S.A., 1º set. 2016, p. A2.

FLØTTUM, Kjersti. *Pour une ScaPoLine étendue*. In: NØLKE, Henning; FLØTTUM, Kjersti; NORÉN, Coco. *ScaPoLine: la théorie scandinave de la polyphonie linguistique*. França: Éditions Kimé, 2004, pp. 99-116.

NØLKE, Henning. *Discours Représenté*. In: NØLKE, Henning; FLØTTUM, Kjersti; NORÉN, Coco. *ScaPoLine: la théorie scandinave de la polyphonie linguistique*. França: Éditions Kimé, 2004, pp. 57-84.

_____. Le locuteur comme constructeur du sens. In: BRES, Jacques; HAILLET, Patrick Pierre; MELLET, Sylvie; NØLKE, Henning; ROSIER, Laurence. *Dialogisme et polyphonie: approches linguistiques*. Bélgica: De Boeck & Larcier S.A., 2005, pp. 111-124.

_____. La polyphonie de la ScaPoLine 2008. In: KRATSCHEMER, Alexandra; BIRKELUND, Merete; THERKELSEN, Rita (orgs). *La polyphonie: outil heuristique linguistique, littéraire et culturel*. Alemanha: Frank & Timme GmbH, 2009a.

_____. Types d'êtres discursifs dans la ScaPoLine. *Langue Française*, n.164, pp. 81-96, 2009b.

_____. L'ancrage linguistique de la polyphonie. *Linha d'Água*, n. 26, v.2, pp. 135-158, 2013.

NØLKE, Henning; FLØTTUM, Kjersti; NORÉN, Coco. *ScaPoLine: la théorie scandinave de la polyphonie linguistique*. França: Éditions Kimé, 2004a.

_____. La ScaPoLine. In: NØLKE, Henning; FLØTTUM, Kjersti; NORÉN, Coco. *ScaPoLine: la théorie scandinave de la polyphonie linguistique*. França: Éditions Kimé, 2004b, pp. 17-56.

GENETTE, Gérard. *Figures III*. França: Éditions du Seuil, 1972.

SILVA, Alvaro Magalhães Pereira da. *O olhar da imprensa sobre Autos de Resistência: posicionamentos e estratégias linguísticas adotados pelo jornal Agora São Paulo em 2012*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2012.

**A newspaper against the president?
The quotation mark as signal of the stance taking by Folha de S.Paulo
during the impeachment process of Dilma Rousseff**

ABSTRACT

The present article seeks to identify the stance taking by Folha de S.Paulo during the impeachment process of Dilma Rousseff, from the analysis of linguistic-discursive marks in the headline Dilma denies in the Senate crime against the Budget and returns to denounce 'coup d'etat' (August 30, 2016). Based on the Scandinavian Theory of Linguistic Polyphony, two viewpoints attributed to the president were identified: "there was no crime against the Budget" and "there is a coup". It was pointed out that, in the absence of quotation marks on the phrase "crime against the Budget" and the presence of quotation marks on the term "coup d'etat", the newspaper manifests a partial distance from the first viewpoint and total disagreement with the second. The result suggests that, in the construction of stance taking, the textual island has a different function from the prototypical forms of represented discourse.

Keywords: Stance taking. Polyphony. ScaPoLine. Enunciative Theories. Media Discourse

Envio: julho/2018

Aceito para publicação: setembro/2018

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267